

"O acordo com Dutra deve ter sido um acordo telepático."

Jader Barbalho, presidente do Senado, ao ironizar que teria feito um acordo com José Eduardo Dutra (PT-SE), para que não fosse submetido ao Conselho de Ética.

"Gatos": de inimigos a sócios do racionamento



MARCELO
CÔRTE
NERI

Discutiremos os prós e contras de modalidades alternativas de implementação do plano de racionamento de energia, em particular, como lidar com a informalidade elétrica. Há, primeiramente, um nível coletivo de incentivos à economia de energia baseado na premência de se evitar o apagão. O problema dos incentivos coletivos é que eles são tênues na perspectiva dos interesses individuais. Cada um pensa: minha contribuição à redução da probabilidade de adoção do apagão é ínfima, logo não economizo. Entretanto, se boa parte dos brasileiros agirem da mesma forma, o apagão acaba por acontecer. O sucesso da estratégia adotada não pode se resumir a atributos nobres da nossa população, como altruísmo e civilidade, mas deve basear-se em motivações individuais.

As chances de sucesso do plano reparam na imposição de sobretaxas tarifárias que crescem com o volume de energia. Este ajuste via preços leva a uma maior flexibilidade na gestão energética de firmas e domicílios em relação a cortes lineares de energia, traduzidos sob a forma de apagões aleatórios ou feriados. As sobretaxas permitem que cada uma adeque seu consumo às suas respectivas preferências, tecnologias e restrições orçamentárias. Além da maior eficiência econômica, as sobretaxas apresentam um efeito distributivo favorável às classes de baixa renda. Estes atributos econômicos e sociais seriam perdidos no apagão generalizado.

A clandestinidade no acesso à energia elétrica complica os esforços oficiais de economicidade energética ora empreendidos. Existem incentivos à difusão de ligações clandestinas nas altas faixas de consumo sujeitas às maiores sobretaxas. Para se coibir a procriação de "gatos com pedigree", seria interessante criar um nível intermediário de incentivos entre os níveis macro e microeconômico supracitados. A proposta é de que a conta de luz individual

refletisse não só o consumo de energia do domicílio mas também o da respectiva vizinhança. Caso ocorresse redução do consumo de uma dada vizinhança, a conta de cada um dos seus membros seria reduzida. Os indivíduos teriam as motivações corretas para coibir os "gatos". A vantagem seria explorar redes de solidariedade e de conhecimento intrínsecas às vizinhanças. O autor do gato não estaria apenas furtando anonimamente a distribuidora de energia elétrica, mas estaria traindo seus vizinhos às claras.

Mas, e as comunidades de baixa renda onde os gatos são há muito tempo a regra, e não a exceção? Os barracos das favelas estão hoje muito mais acesos do que os condomínios de luxo. Estas comunidades estão à margem dos incentivos de economicidade fornecidos pelo racionamento. Uma solução é o corte unilateral dos gatos pelas concessionárias, o que considero uma temeridade não só pela precariedade social dessas áreas como pelo quadro atual de violência urbana.

Portanto, como estender às comunidades de baixa renda os incentivos à economicidade de energia? Como esses

gatos não têm, por definição, contas associadas, pode-se explorar a distribuição de prêmios a nível comunitário. A proposta seria realizar transferências de renda às comunidades proporcionais à redução do gasto de energia coletiva observado. O objetivo é criar um mercado para comprar a energia consumida pelas comunidades de baixa renda. A prin-

A proposta seria realizar transferências de renda proporcionais à redução do gasto de energia elétrica observado na vizinhança

cípio, é relativamente barato comprar o excesso de energia consumido nas comunidades de gatos elétricos, pois o alto preço da luz está na origem da prática ilegal. Quando sobe o "preço sombra" da luz, como na crise atual, este corolário se torna mais relevante. Busca-se dessa forma introduzir, nos segmentos informais, incentivos para a economia de energia elétrica e, ainda, preservar o que

talvez seja o aspecto mais interessante da crise atual, que é poupar os mais pobres do grosso dos custos do ajuste.

Existem algumas variantes da proposta, a saber: i) focalizar os incentivos nos gatos, indexando as contas apenas às perdas energéticas da comunidade e não ao consumo total; ii) o prêmio às comunidades informais poderia ser distribuído diretamente aos indivíduos mediante a formalização das ligações. Isto complicaria a operacionalização da proposta mas abriria espaço para a solução do problema a longo prazo; iii) os esquemas de incentivos à economicidade elétrica poderiam ser implementados por governos sub-nacionais ou, privadamente, pelas concessionárias distribuidoras de energia, as mais prejudicadas pelos gatos. Seria aconselhável que os incentivos viessem sob a forma de prêmios, e não punições, para reduzir incertezas jurídicas.

Marcelo Côrtes Neri, Ph.D. em economia por Princeton, chefe do Centro de Políticas Sociais (do IBRE/FGV) e professor da EPGE/FGV, escreve quinzenalmente às terças-feiras.
E-mail: mcneri@fgv.br